



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CADERNO DE ENCARGOS

Consulta Prévia nº PR2024310/37

Aquisição de Serviços de Jardinagem e Fornecimento de Plantas para as instalações de três Unidades Orgânicas da Delegação Regional do Norte do IEFP, IP, (Centro de Emprego do Tâmega e Sousa, Centro de Emprego do Médio Ave e Centro de Emprego de Penafiel)

Damião
Garrido

Damião Garrido
Diretor de Serviços
2024.07.09 13:56:57 +01:00



PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de Serviços de Jardinagem e Fornecimento de Plantas, para as instalações de 3 Unidades Orgânicas da Delegação Regional do Norte do IEF, IP, de acordo com os Termos de Referência descritos na parte II do presente Caderno de Encargos, sendo adotado o procedimento de Consulta Prévia, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Dec. Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro¹, doravante designado por CCP. E é constituído pelos seguintes lotes:

- a) Lote 1 – CR 351 - Centro de Emprego do Tâmega e Sousa
- b) Lote 2 – CR 357 - Centro de Emprego do Médio Ave
- c) Lote 3 – CR 363 - Centro de Emprego de Penafiel

2. Sendo o presente procedimento constituído por 3 (três) lotes, a adjudicação será efetuada por lote.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. Fazem sempre parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito, nos termos do nº2 do artigo 96º do CCP:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

2. Em caso de discrepância entre os vários elementos que compõem o contrato, prevalece a ordem por que vêm enunciados no número anterior.

3. Nos termos do art.º 290-A do CCP, serão designados os gestores de contrato, por local, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato.

¹ Toda a legislação referida neste caderno de encargos considera-se como reportada à redação em vigor à data da mesma.



Cláusula 3.ª

Prazo do Contrato

O contrato inicia na data da sua assinatura e tem término a 31 de dezembro de 2024, não havendo lugar à sua renovação.

Cláusula 4.ª

Interpretação do Contrato

1. Em caso de dúvida sobre a interpretação das regras aplicáveis à execução do contrato, o adjudicatário deve solicitar por escrito um esclarecimento à entidade contratante.
2. O adjudicatário obriga-se a ter em conta, na execução dos serviços, as orientações que lhe forem transmitidas por escrito pela entidade contratante.

Cláusula 5.ª

Preço Base Contratual

1. O preço base total dos 3 lotes para a presente aquisição é de 19.560,00€ (dezanove mil quinhentos e sessenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Este é o valor máximo que o IEFP, IP, pagará pela aquisição de serviços e bens objetos do contrato.
2. O preço base total dos 3 lotes é fracionado da seguinte forma:

LOTES	MONTANTE MÁXIMO/LOTE
	S/IVA
Lote 1 - 351 – Centro de Emprego do Tâmega e Sousa (N-EMTS)	1 230,00 €
Lote 2 - 357 – Centro de Emprego do Médio Ave (N-EMMV)	5 190,00 €
Lote 3 - 363 – Centro de Emprego de Penafiel (N-EMPE)	13 140,00 €
Valor máximo do procedimento	19 560,00 €

3. O preço base por lote corresponde ao **valor máximo** que o IEFP, IP, pagará pela aquisição de serviços e bens previstos no presente procedimento.
4. Os valores previstos no nº 1 e nº2 estão contabilizados para 6 meses, baseados nos seguintes valores mensais por lote:

LOTES	VALOR MENSAL/LOTE
	S/IVA
Lote 1 - 351 – Centro de Emprego do Tâmega e Sousa (N-EMTS)	205,00 €
Lote 2 - 357 – Centro de Emprego do Médio Ave (N-EMMV)	865,00 €
Lote 3 - 363 – Centro de Emprego de Penafiel (N-EMPE)	2 190,00 €



5. Aos montantes mencionados nos números anteriores acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 6.ª

Condições de pagamento

1. As faturas deverão ser emitidas mensalmente, em nome do serviço que será indicado no ato da encomenda, e devem especificar o número da Nota de Encomenda e o respetivo Compromisso, sob pena de não poder reclamar à entidade adjudicante o respetivo pagamento.
2. A entidade adjudicante só efetuará o pagamento dos serviços efetivamente prestados.
3. Para efeito de pagamento, o adjudicatário deverá remeter as correspondentes faturas via Portal FE-AP [fatura eletrónica para a administração pública] – www.fe-ap.gov.pt, com todos os elementos descritos no artigo 299º-B do CCP, ou por email para o requisitante.
4. Nas condições de pagamento a apresentar pelo concorrente não podem ser propostos adiantamentos por conta dos serviços e bens a fornecer.
5. A existência de pedidos de substituição ou reparação dos serviços e bens tem um efeito suspensivo na faturação e pagamento do valor total da encomenda respetiva até que a situação em causa se mostre normalizada.
6. O pagamento das faturas está dependente do cumprimento, por parte do adjudicatário, nomeadamente no que se refere ao envio da situação tributária e contributiva.
7. A entidade adjudicante efetuará o pagamento das faturas ao adjudicatário, no prazo de 30 dias a partir da data da sua entrada nos seus serviços.
8. Em caso de discordância por parte do IEFP, IP quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
9. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.
10. Aos atrasos nos pagamentos é aplicável o disposto na Lei nº 3/2010, de 27 de abril.

Cláusula 7.ª

Obrigações do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as obrigações principais abaixo discriminadas, de acordo com o estipulado neste documento e na sua proposta:
 - a) Obrigação do fornecimento dos serviços e bens identificados na sua proposta;



- b) Executar o serviço com zelo e assiduidade, em conformidade com as normas previstas no contrato e com as instruções específicas que lhe forem transmitidas pela entidade adjudicante;
- c) Obrigação do transporte de quaisquer equipamentos e materiais necessários à execução do serviço são da responsabilidade do adjudicatário;
- d) Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à boa execução do contrato;
- e) Apresentar os documentos de habilitação a que está obrigado, nos termos do art.º 81.º CCP;
- f) Comunicar à entidade adjudicante, logo que tenha conhecimento, facto que torne total ou parcialmente impossível a prestação do serviço objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
- g) Não alterar as condições da prestação do serviço fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
- h) Comunicar alterações à denominação social, aos seus representantes legais, à situação jurídica e à sua situação comercial;
- i) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, licenças, alvarás, seguros e registos necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 8.ª

Trabalhadores afetos à Prestação de Serviços

O adjudicatário está obrigado ao cumprimento do artigo 419.º-A do CCP, aplicável por força do artigo 451.º n.º 2 do CCP, devendo para o efeito assinar a declaração constante no Anexo I do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 9.ª

Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao adjudicatário, poderão ser aplicadas as seguintes sanções contratuais nos seguintes casos:

- a) Pelo incumprimento do prazo de prestação de serviços estipulado na cláusula 25, por causa imputável ao Prestador de Serviços, o Contraente Público pode aplicar uma sanção de até 5% (cinco por cento) do valor de cada fase do serviço não prestado por cada dia de atraso;
- b) Pelo incumprimento da periodicidade da prestação de serviços conforme estipulado na cláusula 25, por causa imputável ao Prestador de Serviços, o Contraente Público pode aplicar uma sanção de até 10% (dez por cento);

2. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% do preço contratual. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e o Contraente Público decida não



proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

3. Completados 7 dias de atraso, seguidos ou interpolados, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente;

4. O disposto na presente cláusula não se aplica se o atraso se verificar por razões imputáveis ao IEFP, IP. Neste caso, o adjudicatário poderá propor a rescisão do contrato, nas condições a que julgue ter direito.

5. Em caso de resolução do contrato, por incumprimento do Prestador de Serviços, o Contraente Público, pode exigir-lhe uma sanção contratual de até aos limites indicados no número anterior.

6. Ao valor da sanção contratual previsto no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Prestador de Serviços ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.

7. O Contraente Público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.

8. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização nos termos gerais, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação do contrato ou danos excedentes.

Cláusula 10.ª

Obrigações de Sigilo

O adjudicatário obriga-se a manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenha, em virtude da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos, salvo se prévia e expressamente autorizado pela entidade adjudicante, nos termos e para os efeitos da lei de proteção de dados pessoais.

Cláusula 11.ª

Dados Pessoais

1. O adjudicatário compromete-se a respeitar o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) em vigor e demais legislação nacional aplicável aos dados pessoais.

2. O adjudicante, enquanto responsável pelo tratamento dos dados fornecidos, informa que os mesmos serão utilizados para garantir a adequada execução do contrato, nomeadamente identificação do Segundo Outorgante e faturação ao abrigo do Código dos Contratos Públicos.

3. Os dados pessoais fornecidos serão conservados apenas durante o período de execução do contrato, podendo ser mantidos de acordo com as exigências legais inerentes à finalidade do tratamento para que foram recolhidos.



Cláusula 12.ª

Cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento.
3. A entidade adjudicante apreciará, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 13.ª

Subcontratação

O adjudicatário não poderá, por qualquer forma, subcontratar terceiras entidades para a realização de tarefas relativas ao objeto do contrato, sem prévio consentimento da entidade adjudicante.

Cláusula 14.ª

Casos Fortuitos ou de Força Maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Cláusula 15.ª

Despesas

1. Todas as despesas inerentes à celebração do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.
2. Correm igualmente por conta do adjudicatário, todas e quaisquer despesas, nomeadamente as de deslocação e estadia, em que este haja de incorrer em virtude da execução das obrigações que para aquele emergem do presente Caderno de Encargos e do contrato.

Cláusula 16.ª

Rescisão do contrato

1. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.



2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na prestação dos serviços ou falta de reposição de bom funcionamento da solução por período superior a 30 dias uteis.
3. Poderá considerar-se igualmente incumprimento definitivo a ocorrência de mais de três atrasos face ao plano da proposta ou ao disposto no presente caderno de encargos, por causa imputável ao adjudicatário.
4. A rescisão não prejudica o pagamento ao adjudicatário dos serviços já prestados em conformidade com o contrato.

Cláusula 17.^a

Rescisão do Contrato pela Entidade Adjudicante

O I.E.F.P. pode rescindir o contrato, logo que se verifique o não cumprimento das condições definidas no presente Caderno de Encargos, ou concretamente, quando ocorram quaisquer das seguintes circunstâncias, por razões imputáveis ao adjudicatário:

- a) O normal funcionamento dos serviços for gravemente prejudicado;
- b) Diminuição sensível e sistemática da qualidade da prestação dos serviços;
- c) Incumprimento, ainda que parcial, da obrigatoriedade de execução de trabalhos inerentes ao serviço de manutenção e limpeza dos espaços;
- d) Prática de atos dolosos ou negligentes de qualquer natureza;
- e) Utilização abusiva ou deterioração anormal das instalações, equipamento e material do I.E.F.P., I.P.;
- f) Não cumprimento das obrigações assumidas em todo o articulado do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 18.^a

Lei aplicável

O contrato rege-se pela lei portuguesa.

Cláusula 19.^a

Foro competente

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal de Jurisdição Administrativa com sede no Porto.



TERMOS DE REFERÊNCIA

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

CARACTERÍSTICAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Cláusula 20.ª

Atribuições do Serviço a Prestar

Aquisição de Serviços de Jardinagem e Fornecimento de plantas, para os lotes/locais indicados no n.º 1 da cláusula 1ª das cláusulas jurídicas e anexo II, deste caderno de encargos;

Cláusula 21.ª

Local da Prestação dos Serviços

1. O serviço objeto deste contrato será prestado nas instalações do adjudicatário, nas moradas indicadas no anexo II deste Caderno de Encargos.
2. Poderão ser efetuadas visitas aos locais, para melhor perceção das especificidades do serviço a prestar nos vários locais.

Cláusula 22.ª

Caracterização Genérica do Serviço

1. A prestação de serviços de limpeza, manutenção e conservação dos espaços ajardinados (incluindo plantas de interior) dos vários lotes/locais, compreende as seguintes atribuições:
 - a) Manutenção e conservação dos espaços ajardinados:
 - i. Poda de árvores, arbustos e vinha;
 - ii. Corte da relva e mato;
 - iii. Rega;
 - iv. Aplicação de herbicidas;
 - v. Adubação e fertilização;
 - vi. Remoção de detritos.
 - b) Varredura e limpeza das zonas pedonais, bermas e valas de drenagem de águas pluviais;
 - c) Regas manuais ou automática;
 - d) Limpeza de papeleiras e recolha de resíduos sólidos urbanos;
 - e) Limpeza e transporte para vazadouro de todos os lixos, entulhos e restos de vegetação;



- f) Adubação e fornecimento mensal de plantas internas e externas;
- 2. Todas as ferramentas e equipamentos, e demais utensílios necessários, assim como, produtos orgânicos ou químicos, por exemplo, adubos, fertilizantes, sementes, plantas e herbicidas, são fornecidos pelo adjudicatário e devem ser de qualidade e quantidade adequadas.

Cláusula 23.ª

Atribuições Específicas do Serviço

1. A prestação de serviços deverá ser ajustada em função das estações do ano, nos seguintes períodos:
 - a) A manutenção deverá ser **quinzenal e mensal**, e compreende as atribuições específicas enumeradas no ponto 4;
 - b) No período compreendido **entre agosto e outubro de 2024**: a manutenção deverá ser **quinzenal**, e compreende as atribuições específicas enumeradas no ponto 4.
2. Deverá ser efetuada rega de todas as plantas de interior (vasos e floreiras);
3. As plantas de interior não saudáveis, devem ser substituídas por novas plantas, caso se verifique não ser possível a sua recuperação;
4. As atribuições específicas do serviço, compreendem os seguintes trabalhos:
 - a) Varredura e limpeza das zonas pedonais, incluindo todas as operações necessárias à completa limpeza e remoção de detritos existentes, incluindo a remoção da vegetação existente, lixos soltos, folhas, ramos, entulhos, cortes de relva e areias indevidamente instaladas;
 - b) Limpeza de lixos soltos nas zonas verdes, como canteiros ou em relvados e jardins;
 - c) Limpeza das sarjetas (valas de drenagem), com especial incidência, quando se aproximem épocas do ano de pluviosidade intensa e queda de folhas;
 - d) Limpeza de todas as papeleiras existentes, esvaziamento, lavagem e desinfeção sempre que necessário;
 - e) Limpeza e transporte para vazadouro de todos os lixos, entulhos e restos de vegetação;
 - f) Regas manuais ou automáticas, dos espaços ajardinados, que deverão ser efetuadas sempre que o grau de humidade do solo não for suficiente para assegurar a vida e o normal desenvolvimento das plantas e relvados.
 - g) Conservar os espaços existentes com plantas herbáceas e arbustos;
 - h) Adubação e fertilização de plantas e relvados, pelo menos uma vez por mês e sempre que necessário;
 - i) Manutenção dos relvados, nomeadamente corte de relva, que deverá ser feito mecanicamente, sempre que necessário;
 - j) Desmatção de ervas daninhas;
 - k) Efetuar sachas nas zonas herbáceas com o objetivo de tornar a camada superficial do solo fofa e limpa de infestantes;



- l) Tratamentos fitossanitários controlados às espécies herbáceas e arbustivas que se apresentem afetadas por pragas ou doenças;
5. Poda seletiva de árvores e de arbustos ornamentais, limpeza de ramos secos ou doentes, e sempre que necessário aparar, de forma a condicionar o crescimento desmesurado;
6. Se necessário uma intervenção corretiva, a entidade adjudicatária deverá responder no prazo máximo de 48 horas.

Cláusula 24.ª

Horário da Prestação de Serviços

1. A prestação de serviços deverá ser efetuada em horário diurno, em dias úteis.
2. Deverá ainda ser efetuado durante o horário de funcionamento dos locais afetos ao contrato e deve ser previamente acordada com o gestor de contrato.

Cláusula 25.ª

Quadro de Pessoal

O adjudicatário obriga-se a manter o quadro de pessoal mínimo para a devida prestação dos serviços.

Cláusula 26.ª

Perfil do Pessoal

O adjudicatário obriga-se a ter ao seu serviço pessoal de reconhecida idoneidade moral, aptidão física e adequada formação profissional.

Cláusula 27.ª

Identificação do Pessoal

O pessoal deve estar permanentemente munido de credencial ou outro documento de identificação, emitido pelo adjudicatário, devendo apresentar-se adequadamente fardado, competindo ao adjudicatário fornecer os fardamentos.

Cláusula 28.ª

Pagamentos ao Pessoal

Os pagamentos ao pessoal são efetuados pelo adjudicatário.

Cláusula 29.ª

Substituição do Pessoal

1. O adjudicatário deve informar previamente o IEFP, IP de qualquer substituição de funcionários que pretenda efetuar.
2. Os novos elementos devem ser previamente informados sobre as particularidades do serviço que vão efetuar.



3. Mediante pedido fundamentado do IEFP, IP, o adjudicatário obriga-se a substituir qualquer elemento do seu pessoal.

Cláusula 30.ª

Disciplina e Apresentação do Pessoal

O adjudicatário obriga-se a manter a disciplina e a boa apresentação do seu pessoal.

Cláusula 31.ª

Fiscalização

1. A fim de assegurar o correto desempenho da prestação de serviços, o adjudicatário deverá efetuar inspeções regulares aos funcionários, informando o IEFP, IP sempre que as visitas ocorram.
2. A entidade adjudicante reserva-se a efetuar fiscalização ao prestador de serviços, através do seu gestor de contrato, reportando de imediato ao adjudicatário as anomalias e/ou irregularidades detetadas.
3. O reporte deverá ser efetuado por escrito.

Cláusula 32.ª

Legislação Laboral

O adjudicatário deverá respeitar toda a legislação em vigor, aplicável à sua atividade, devendo nomeadamente, observar as prescrições legais sobre sanidade, salários mínimos, horários de trabalho, segurança e responsabilidade por acidentes de trabalho, sendo único responsável por quaisquer determinações ou sanções que lhe sejam impostas por entidades oficiais.

Cláusula 33.ª

Revisão dos Encargos

Não é admitida a revisão de encargos durante a vigência do contrato.

Cláusula 34.ª

Seguros

O seguro contra Acidentes de Trabalho e Seguro de Responsabilidade Civil face a terceiros, é da responsabilidade do adjudicatário, devendo informar o IEFP, IP, do número das respetivas apólices.

Cláusula 35.ª

Guarda e Utilização das Instalações, Equipamentos e Bens

1. O adjudicatário é responsável pela correta utilização das instalações, equipamentos e bens que lhe forem confiados, não lhes dando uso diferente do que lhes é devido, respeitando as instruções de utilização e/ou financiamento ou as que lhe sejam dadas pelo IEFP, IP.



2. Quando num inventário se verifique a falta de qualquer equipamento, material ou bens, este será prontamente repostado pelo adjudicatário, sob pena de ser deduzido no valor da faturação em débito.
3. No termo do contrato, o adjudicatário obriga-se a devolver os bens que lhe tenham sido confiados, em perfeito estado de utilização.

Cláusula 36.ª

Despesas a Cargo do IEFP, IP

Correm por conta do IEFP, IP, as despesas com água e eletricidade, necessárias à prestação do serviço.

Cláusula 37.ª

Dever de Colaboração

O IEFP, IP, obriga-se a colaborar com o adjudicatário na adoção de soluções e na obtenção dos meios necessários ao correto desempenho dos serviços objeto do contrato e ao cumprimento da legislação em vigor.

Cláusula 38.ª

Sustentabilidade ambiental

1. O adjudicatário obriga-se a cumprir os requisitos ambientais e de sustentabilidade ambiental, no cumprimento da legislação em vigor, nomeadamente:
 - a) A utilização de produtos de limpeza com impacto ambiental reduzido;
 - b) Utilização de composto proveniente de resíduos recolhidos seletivamente como corretivos de solos com elevado controlo de qualidade;
 - c) Evitar a utilização de turfa como corretivo de solos;
 - d) Restringir a aplicação de produtos fitofarmacêuticos e optar por técnicas alternativas de controlo de pragas;
 - e) Aplicar medidas preventivas de controlo de pragas e espécies invasoras;
 - f) Adquirir produtos fornecidos em embalagens compostáveis, biodegradáveis ou reutilizáveis;
 - g) Informar de imediato a entidade adjudicante de irregularidades associadas à rega, de forma a potenciar o uso eficiente da água e energia;
 - h) Assegurar a recolha seletiva dos resíduos de embalagens (cartão, vidro, plástico, metal), consoante a sua natureza e quantidade, integrados no sistema de gestão de resíduos municipal;
 - i) Os biorresíduos (folhas secas, material de poda, ervas), devem preferencialmente, ser compostados nas instalações da empresa contratante ou nas instalações de uma empresa de tratamento de resíduos;
 - j) Formar adequadamente o pessoal.



ANEXO I - Modelo de declaração do cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP

[a que se refere a cláusula 8.ª deste Caderno de Encargos]

1 - ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o contrato n.º ... relativo a ... [objeto do contrato] com trabalhadores que cumpram com as exigências constantes do artigo 419.º-A do CCP.

2 - Declara também que, caso o gestor do contrato designado pelo Contraente Público o solicite, apresentará, no prazo que lhe for definido, cópia dos respetivos contratos de trabalho dos trabalhadores afetos à execução do presente contrato de prestação de serviços

3 - O declarante tem pleno conhecimento das consequências de prestar falsas declarações.

.. [local],... [data],... [assinatura].

ANEXO II

Moradas da prestação do serviço

Lote 1	CR 351	N-EMTS - Centro de Emprego do Tâmega e Sousa
Rua João Pinto Ribeiro, n.º 52 *4600-084 Amarante		
Rua António Pinto Ferreira, n.º 84 *4610-193 Felgueiras		
Lote 2	CR 357	N-EMMV - Centro de Emprego do Médio Ave
Av. Alberto Sampaio, 210 * 4810-250 Guimarães		
Rua José Cardoso Vieira de Castro, 529 * 4824-909 Fafe		
Lugar do Casal - Arco de Baúlhe * 4860-068 Cabeceiras de Basto		
Lugar de Lameiros - Refojos de Basto * 4860-410 Cabeceiras Basto		
Lote 3	CR 363	N-EMPE - Centro de Emprego de Penafiel
Rua do Penedo de EL-Rei Garcia, nº 91 – Sobrado * 4550-161 Castelo de Paiva		